

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 23/03/2022 | Edição: 56 | Seção: 1 | Página: 93

Órgão: Ministério da Defesa/Comando da Marinha/Diretoria-Geral de Navegação/Diretoria de Portos e Costas

PORTARIA DPC/DGN/MB NO 46, DE 21 DE MARÇO DE 2022

Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval - NORMAM-07/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Aprovar as "Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval - NORMAM-07/DPC" (1aRevisão), que a esta acompanham.

Art. 2º Revoga-se a Portaria no105/DPC, de 16 dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 12 de fevereiro de 2004, Portaria no82/DPC, de 6 de outubro de 2004, publicada no DOU de 15 de outubro de 2004 (1aModificação), Portaria no36/DPC, de 26 de abril de 2005, publicada no DOU de 3 de maio de 2005 (2aModificação), Portaria no47/DPC, de 29 de abril de 2008, publicada no DOU de 7 de maio de 2008 (3aModificação), Portaria no144/DPC, de 16 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 17 de dezembro de 2008 (4aModificação), Portaria no177/DPC, de 23 de novembro de 2009, publicada no DOU de 26 de novembro de 2009 (5aModificação), Portaria no195/DPC, de 8 de agosto de 2014, publicada no DOU de 11 de agosto de 2014 (6aModificação), Portaria no317/DPC, de 19 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015 (7aModificação), Portaria no77/DPC, de 2 de março de 2016, publicada no DOU de 3 de março de 2016 (8aModificação), Portaria no227/DPC, de 28 de julho de 2016, publicada no DOU de 1ode agosto de 2016 (9aModificação), Portaria no112/DPC, de 2 de abril de 2018, publicada no DOU de 4 de abril de 2018 (10aModificação), Portaria no398/DPC, de 18 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 19 de dezembro de 2018 (11aModificação), Portaria no289/DPC, de 5 de agosto de 2019, publicada no DOU de 7 de agosto de 2019 (12aModificação), Portaria no456/DPC, de 23 de dezembro de 2019, publicada no DOU de, 30 de dezembro de 2019 (13aModificação), Portaria no424/DPC, de 18 de dezembro de 2020, publicada no DOU de, 22 de dezembro de 2020 (14aModificação).

Art. 3oEsta Portaria entra em vigor em 1ode abril de 2022.

**VICE-ALMIRANTE SERGIO RENATO BERNA
SALGUEIRINHO**

ANEXO



**MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS**

NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA ATIVIDADES DE INSPEÇÃO NAVAL



INTRODUÇÃO

1. PROPÓSITO

Apresentar os princípios fundamentais para normatizar e estabelecer as atividades de Inspeção Naval.

2. DESCRIÇÃO

Esta publicação divide-se em 4 Capítulos e 10 anexos: o Capítulo 1 define os termos e a nomenclatura utilizada na referida norma, o Capítulo 2 descreve os procedimentos e a efetiva execução da atividade de Inspeção Naval pelas Capitânicas dos Portos e as suas Delegacias e Agências, o Capítulo 3 aborda os fatos decorrentes das atividades de Inspeção Naval e o Capítulo 4 descreve os procedimentos decorrentes do lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).

3. PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES DA 1ª REVISÃO

Esta publicação é a 1ª revisão da NORMAM-07/DPC - Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval. Dentre as alterações implementadas, destacam-se:

a) Alteração do Capítulo 2 sobre os procedimentos para o afundamento deliberado de embarcações em AJB;

b) No Capítulo 3, vislumbrou-se a necessidade de realizar alguns ajustes, a fim de se orientar adequadamente o cidadão sobre qual Lei (nº que a identifica) respalda as ações decorrentes da Inspeção Naval;

c) No Capítulo 4, foram realizados ajustes sugeridos pela Superintendência do Meio Ambiente da Diretoria de Portos e Costas, relacionados ao lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em AJB, para se adequar às normas em vigor. Foram também inseridos o exato momento da elaboração do Laudo Técnico Ambiental; e

d) O cumprimento do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, em que se altera a fonte do documento para "Calibri", corpo 12, conforme o documento determinante.

4. CLASSIFICAÇÃO

Esta publicação é classificada como: Publicações da Marinha do Brasil (PMB) não controlada, ostensiva, normativa e norma.

5. SUBSTITUIÇÃO

Esta publicação substitui a 14ª Modificação da NORMAM-07/DPC - Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval, aprovada em 18 de dezembro de 2020.

1. CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 - PROPÓSITO

Estabelecer normas da Autoridade Marítima sobre a Inspeção Naval (IN).

1.2 - DEFINIÇÕES

1.2.1 - Perícia - são todas as ações executadas por peritos. Peritos são os Inspetores Navais e os Vistoriadores Navais. As perícias podem ser dos seguintes tipos:

a) Perícias de Fiscalização - Inspeções Navais;

b) Perícias de Verificação e Regularização - Vistorias; e

c) Perícias Específicas - são os vários tipos de perícias constantes das NORMAM e executadas para um fim específico. Exemplos:

I) Perícia para operação de embarcações estrangeiras em AJB;

II) Perícia para obtenção de Declaração de Conformidade para transporte de petróleo;

III) Perícia de laudo para estabelecimento do Cartão de Tripulação de Segurança (CTS); e

IV) Perícias para emissão de laudos periciais em casos de acidentes etc.

1.2.2 - Inspeção Naval - atividade de cunho administrativo, que consiste na fiscalização do cumprimento da Lei nº 9.537/97, das normas e regulamentos dela decorrentes e, dos atos e resoluções internacionais ratificados pelo Brasil, no que se refere exclusivamente à salvaguarda da vida humana e à segurança da navegação, no mar aberto e em hidrovias interiores, e à prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas fixas ou suas instalações de apoio.

1.2.3 - Vistoria - ação técnico-administrativa, eventual ou periódica, pela qual é verificado o cumprimento de requisitos estabelecidos em normas nacionais e internacionais, referentes à prevenção da poluição ambiental e às condições de segurança e habitabilidade de embarcações e plataformas.

1.3 - PROPÓSITO DA IN

As ações de IN constituem perícias de fiscalização da Segurança do Tráfego Aquaviário nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, visando:

1.3.1 - à segurança da navegação;

1.3.2 - à salvaguarda da vida humana; e

1.3.3 - à prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio.

1.4 - DOS INSPETORES NAVAIS

Os Inspectores Navais são profissionais de diversos níveis, habilitados para executarem a IN e designados por ato administrativo do titular das Capitânicas dos Portos, suas Delegacias ou Agências (CP/DL/AG) ou dos Comandantes dos Navios da MB.

1.4.1 - Inspetor Naval Nível 1:

Enquadram-se nas seguintes categorias:

a) Oficiais da Reserva Remunerada ou Reformados da MB contratados, aprovados no Curso para Formação de Inspectores Navais;

b) Oficiais da Marinha Mercante aprovados em Processo Seletivo e no Curso para Formação de Inspectores Navais; ou

c) Oficiais prestando Serviço Militar voluntário temporário como Oficial de 2ª Classe da Reserva da Marinha (RM2) aprovados em Processo Seletivo.

1.4.2 - Inspetor Naval Nível 2:

Oficiais e Praças da MB, da ativa ou da reserva remunerada, lotados nas CP/DL/AG, que cumpriram os Estágios Preparatórios para Oficiais e Praças que irão servir em CP/DL/AG (ESPOC e ESPRAC).

1.4.3 - Inspetor Naval Nível 3:

Oficiais e Praças componentes das tripulações dos Navios da MB.

1.5 - DOS VISTORIADORES NAVAIS

1.5.1 - Vistoriador Naval Nível 1:

Enquadram-se nas seguintes categorias:

a) Oficiais da MB ou civis contratados e aprovados em curso para formação de vistoriadores navais; ou

b) Oficiais prestando Serviço Militar voluntário temporário como Oficial de 2ª Classe da Reserva da Marinha (RM2) aprovados em Processo Seletivo.

1.5.2 - Vistoriador Naval Nível 2:

Oficiais e Praças da MB, da ativa ou da reserva remunerada, lotados nas CP/DL/AG, que cumpriram os Estágios Preparatórios para Oficiais e Praças que irão servir em CP/DL/AG e especialmente habilitados para este fim.

1.6 - GERÊNCIA DE VISTORIAS, INSPEÇÕES E PERÍCIAS TÉCNICAS (GEVI)

A GEVI faz parte da estrutura organizacional da DPC, sendo composta por Vistoriadores Navais e Inspectores Navais Nível 1, possuidores de nível superior, aprovados respectivamente nos Cursos de Formação de Vistoriadores Navais e Inspectores Navais, devidamente preparados para exercerem as atividades de vistoria e inspeção nos termos estabelecidos pela LESTA, em seu Capítulo I art. 2º. À semelhança da GEVI na DPC, as CP/DL possuem os Grupos de Vistoria e Inspeção (GVI), diretamente subordinados aos Titulares das CP/DL, exercendo suas atividades sob a supervisão funcional da GEVI.

CAPÍTULO 2

EXECUÇÃO DA INSPEÇÃO NAVAL (IN)

SEÇÃO I

FISCALIZAÇÃO

2.1 - FISCALIZAÇÃO DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO PELO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO DAS CAPITANIAS DOS PORTOS, SUAS DELEGACIAS E AGÊNCIAS (CP/DL/AG)

É normalmente efetuada pelos Inspectores Navais nível 2 lotados nas CP/DL/AG. Nas embarcações nacionais e nas embarcações estrangeiras que possuam inscrição temporária, a fiscalização tem como escopo principal a verificação de documentos relativos aos tripulantes, entre os quais a Caderneta de Inscrição e Registro (CIR), a Carteira de Habilitação de Amador (CHA), o Cartão de Tripulação de Segurança (CTS), a verificação dos documentos relativos à embarcação e a verificação das reais condições do material e equipamento, em conformidade com as normas em vigor.

2.2 - FISCALIZAÇÃO DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO PELOS GRUPOS DE VISTORIA E INSPEÇÃO DAS CAPITANIAS E DELEGACIAS (GVI/CP OU GVI/DL)

2.1 - INSPEÇÃO DE CONTROLE PELO ESTADO DE BANDEIRA (FLAG STATE CONTROL)

Atividade administrativa relativa ao controle pelo Estado de Bandeira, que efetua a fiscalização dos requisitos legais de segurança em embarcações nacionais e estrangeiras com inscrição temporária para operação em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), tal como estipulado nos diversos instrumentos obrigatórios da Organização Marítima Internacional (IMO), em Acordos Internacionais dos quais o Brasil é signatário e na Legislação Nacional. Essas inspeções são realizadas pelos Inspectores Navais nível 1.

2.2 - INSPEÇÃO DE CONTROLE PELO ESTADO DO PORTO (PORT STATE CONTROL)

Atividade administrativa relativa ao controle pelo Estado Costeiro, que efetua a fiscalização dos requisitos legais de segurança em embarcações de bandeira estrangeira que chegam a seus portos, em conformidade com as prescrições das Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil e Resoluções pertinentes emitidas pela IMO, bem como as orientações adotadas pelo Acordo Latino-Americano Sobre Controle de Navios pelo Estado do Porto (Acordo de Viña del Mar), do qual o Brasil faz parte.

A atividade é comumente conhecida como Port State Control e é levada a cabo pelos Inspectores Navais nível 1.

SEÇÃO II

SITUAÇÕES ESPECIAIS

2.3 - INSPEÇÃO NAVAL VISANDO AO AFUNDAMENTO DELIBERADO DE EMBARCAÇÃO AVARIADA

Os responsáveis por embarcações avariadas que solicitarem autorização para afundamento deliberado deverão observar o seguinte:

2.3.1 - encaminhar requerimento do responsável ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente solicitando autorização para afundamento e declarando sua intenção de realizá-lo por livre e espontânea vontade, assumindo as responsabilidades decorrentes em relação aos compromissos com a carga e quaisquer outras reclamações, declarando que as ações que estão sendo planejadas serão executadas por pessoal com conhecimento técnico, habilidade e capacidade necessárias para desenvolver as operações, aplicando as medidas de segurança exigidas, com os equipamentos e as embarcações necessárias para a execução da tarefa e que está preparado para desenvolver outras ações contra ocorrências fortuitas indesejáveis;

2.3.2 - observar os procedimentos no Decreto no 87.566, de 16 de setembro de 1982, que promulga o texto da convenção sobre Prevenção da Poluição por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias (London Convention-72), como por exemplo o fornecimento de equipamento, instalações e serviços necessários para a pesquisa, vigilância, controle e execução do serviço; e o despejo e tratamento dos resíduos e outras medidas para prevenir ou minimizar a contaminação causada por alijamentos, favorecendo assim o atendimento dos fins e objetivos da referida Convenção;

2.3.3 - retirar de bordo todos os elementos poluentes e estruturais que possam se desprender do navio e ficar à deriva;

2.3.4 - agendar junto à CP/DL/AG e Sociedade Classificadora a inspeção da embarcação para verificação dos itens acima descritos e outros preparativos para o afundamento. A critério do Agente da Autoridade Marítima, a Sociedade Classificadora da embarcação poderá realizar essa inspeção;

2.3.5 - informar à Autoridade Marítima e ao Órgão Federal do Meio Ambiente, com a antecedência mínima de 72 horas, a LAT/LONG do possível ponto de afundamento da embarcação, devendo o Agente da Autoridade Marítima consultar a DHN quanto à sua concordância sobre o ponto de afundamento indicado;

2.3.6 - obter aprovação do Comando do Distrito Naval (ComDN), que consultará, conforme o caso, as autoridades ambientais;

2.3.7 - o Comando do Distrito Naval (ComDN) informará à DPC a efetiva ocorrência do afundamento e a respectiva LAT/LONG, a fim de possibilitar que a DPC faça a comunicação formal à IMO;

2.3.8 - informar, tempestivamente, ao Agente da Autoridade Marítima e ao representante do Órgão Federal do Meio Ambiente, quaisquer alterações no plano de afundamento deliberado, previamente autorizado, inclusive no que diz respeito à substituição dos meios envolvidos na operação; e

2.3.9 - encaminhar ao Agente da Autoridade Marítima, por ofício, uma análise de risco, contendo as ações mitigadoras de possíveis desprendimentos de equipamentos e outros materiais, por ocasião do afundamento, que possam vir a comprometer a segurança da navegação.

2.4 - VERIFICAÇÃO E RECOLHIMENTO DE COISAS OU BENS, À DERIVA OU ENCALHADOS

Todas as coisas ou bens, principalmente aqueles de origem desconhecida, que vierem a dar nas praias ou se encontrem à deriva, serão recolhidos pelas Equipes de Inspeção da CP/DL/AG e ficarão sob a custódia dessas Organizações Militares que aguardarão reclamação dos seus responsáveis. O material que não tenha sido reclamado num prazo de trinta dias poderá ser alienado nos termos da legislação em vigor. No caso de material devidamente identificado como estrangeiro e não reclamado, decorrente de sinistro, alijamento ou fortuna do mar deverá ser encaminhado à Superintendência Regional da Receita Federal para que seja dada a destinação pertinente, tendo em vista tratar-se de mercadoria estrangeira encontrada ao abandono.

Em se tratando o bem de algum tipo de embarcação constituindo perigo a navegação, ameaça de danos a terceiros ou ao meio ambiente observar o contido na NORMAM-10/DPC sobre o assunto.

2.5 - EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS NÃO AUTORIZADAS A OPERAR EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS (AJB)

A operação não autorizada dessas embarcações em AJB é objeto da atividade de Patrulha Naval (PATNAV) executada pelos navios da Marinha do Brasil em cumprimento ao Decreto no 5.129, de 6 de julho de 2004, e tem o propósito de implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, em AJB, na Plataforma Continental brasileira e no alto-mar, respeitados os tratados, convenções e atos internacionais ratificados pelo Brasil. É uma atividade conduzida por meios navais, subordinados aos ComDN. A fiscalização abrange, dentre outras, as atividades de pesca, de prospecção e aproveitamento dos recursos naturais e de pesquisa científica.

A PATNAV contribuirá para a salvaguarda da vida humana no mar, a segurança da navegação aquaviária e a prevenção da poluição ambiental, atividades típicas da Inspeção Naval, regulada pela Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), por meio da atuação dos Inspetores Navais nível 2 ou 3 embarcados nesses navios.

As arribadas dessas embarcações a portos nacionais são consideradas não justificadas, tornando obrigatório o comparecimento das equipes de Inspeção Naval das CP/DL/AG e a posterior instauração de Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN), conforme previsto na NORMAM-09/DPC, devendo os Agentes da Autoridade Marítima adotar as seguintes medidas complementares:

2.5.1 - promover coordenação com os demais órgãos de fiscalização da área migratória, trabalhista, sanitária e de recursos naturais, a fim de que tais embarcações sejam rigorosa e amplamente avaliadas em todos seus aspectos;

2.5.2 - verificar as razões que as conduziram à solicitação da arribada; e

2.5.3 - manter um controle apurado das entradas e saídas dos portos nacionais destas embarcações.

2.6 - INSPEÇÃO NAVAL EM PLATAFORMAS

As plataformas estão sujeitas à fiscalização dos Inspectores Navais.

As plataformas fixas, quando posicionadas, são consideradas obras sob e sobre águas, havendo necessidade de que a MB avalie seu posicionamento para resguardo da segurança da navegação conforme estabelecido nas Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagem, Pesquisa e Lavra de Minerais Sob, Sobre e às Margens das Águas sob Jurisdição Brasileira - NORMAM-11/DPC, bem como a necessidade de serem dotadas de "Auxílios à Navegação" (visuais e sonoros), conforme previsto Normas da Autoridade Marítima para Auxílios à Navegação - NORMAM-17/DHN.

A entrada e saída dessas estruturas em águas restritas deve ser motivo de adoção de medidas acauteladoras como a divulgação em Aviso aos Navegantes e a realização de manobras especiais, conforme descrito na NORMAM-08/DPC e demais procedimentos estabelecidos pelas CP.

2.7 - PROTEÇÃO DE FARÓIS E SINAIS NÁUTICOS

As equipes de Inspeção Naval contribuirão para verificar os danos causados aos sinais náuticos. Os danos a esses auxílios à navegação sujeitam o causador a repará-los ou indenizar as despesas a quem executar o reparo, independente da penalidade prevista.

Dependendo da gravidade do fato a Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) poderá promover ação judicial, fundamentada em lei específica, de acordo com o art. 129 da Constituição da República Federativa do Brasil.

2.8 - INSPEÇÃO NAVAL EM OBRAS IRREGULARES

Pessoas físicas ou jurídicas, que executem obras sob e sobre as águas, e que não tenham solicitado a respectiva autorização, conforme preconizam as Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa e Lavra de Minerais, Sob, Sobre e às Margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-11/DPC serão autuadas, sendo que as obras que forem prejudiciais à segurança da navegação e à prevenção da poluição ambiental serão embargadas e, se for o caso, será procedida a demolição ou destruição na forma da Lei no 9.537/97 e demais legislação em vigor.

SEÇÃO III

RESTRIÇÕES AO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

2.9 - ÁREAS SELETIVAS PARA A NAVEGAÇÃO

2.9.1 - As embarcações, equipamentos e atividades que interfiram na navegação, trafegando ou exercendo suas atividades nas proximidades de praias do litoral e dos lagos, lagoas e rios, deverão respeitar os limites impostos para a navegação, de modo a resguardar a integridade física dos banhistas, estando sujeitas à fiscalização e autuação das equipes de Inspeção Naval;

2.9.2 - Considerando como linha base a linha de arrebentação das ondas ou, no caso de lagos e lagoas, onde se inicia o espelho d'água, são estabelecidos os seguintes limites, em áreas com frequência de banhistas:

a) embarcações utilizando propulsão a remo ou à vela poderão trafegar a partir de cem metros da linha base;

b) embarcações de propulsão a motor, reboque de esqui aquático, pára-quedas e painéis de publicidade poderão trafegar a partir de duzentos metros da linha base;

c) embarcações de propulsão a motor ou à vela poderão se aproximar da linha base para fundear, caso não haja qualquer dispositivo contrário estabelecido pela autoridade competente. Toda aproximação deverá ser feita perpendicular à linha base e com velocidade não superior a três nós, preservando a segurança dos banhistas;

2.9.3 - As embarcações de aluguel (banana boat, plana sub etc), que operam nas imediações das praias e margens, deverão ter suas áreas de operação perfeitamente delimitadas, por meio de boias, pelos proprietários das embarcações, sendo essas áreas devidamente aprovadas pela CP/DL/AG. A atividade deverá ser autorizada pelas autoridades competentes sendo os seus limites então estabelecidos;

2.9.4 - Compete ao poder público estadual e, especialmente, ao municipal, através dos planos decorrentes do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, estabelecer os diversos usos para os diferentes trechos de praias ou margens, demarcando as áreas, em terra, para jogos e banhistas, bem

como, na água, as áreas de banhistas e de prática de esportes aquáticos e náuticos. Poderão, ainda, estabelecer, nessas imediações, áreas restritas ou proibidas à operação de equipamentos destinados ao entretenimento aquático, inclusive rebocados. O uso de pranchas de "surf" e "wind-surf" somente será permitido nas áreas especialmente estabelecidas para essa finalidade; e

2.9.5 - Em princípio, a extremidade navegável das praias, ou outra área determinada pelo poder público competente, é o local destinado ao lançamento ou recolhimento de embarcações na água ou embarque e desembarque de pessoas ou material, devendo ser perfeitamente delimitada e indicada por sinalização aprovada pela Autoridade Marítima. O fundeio nessa área será permitido apenas pelo tempo mínimo necessário ao embarque ou desembarque de pessoal, material ou para as fainas de recolhimento ou lançamento da embarcação.

2.10 - ÁREAS DE SEGURANÇA

Não é permitido o tráfego e fundeio de embarcações nas seguintes áreas consideradas de segurança, estando os seus condutores sujeitos à fiscalização e autuação das Equipes de Inspeção:

2.10.1 - a menos de duzentos metros das instalações militares;

2.10.2 - áreas próximas às usinas hidrelétricas, termoelétricas e nucleoeletricas, cujos limites serão fixados e divulgados pelas concessionárias responsáveis pelo reservatório de água, em coordenação com a CP/DL/AG em cuja área de jurisdição estiverem localizadas;

2.10.3 - fundeadouros de navios mercantes;

2.10.4 - canais de acesso aos portos;

2.10.5 - proximidades das instalações do porto;

2.10.6 - a menos de quinhentos metros de unidades estacionárias de produção de petróleo;

2.10.7 - áreas especiais nos prazos determinados em Avisos aos Navegantes; e

2.10.8 - as áreas adjacentes às praias, reservadas para os banhistas, conforme estabelecido no item anterior.

NOTA: A área de segurança de unidade estacionária de produção de petróleo compreende a superfície entorno dessa, cujos pontos de sua envoltória distam de quinhentos metros de qualquer parte de sua estrutura.

São consideradas unidades estacionárias de produção de petróleo as seguintes estruturas: as plataformas fixas; as plataformas semissubmersíveis; as unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência (FPSO) e as congêneres.

Considera-se invasão da área de segurança a entrada e permanência não autorizada de embarcações nos limites acima definidos.

SEÇÃO IV

CONVÊNIOS COM PREFEITURAS MUNICIPAIS

2.11 - CONVÊNIOS COM PREFEITURAS MUNICIPAIS

2.11.1 - Considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 - LESTA, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, a Autoridade Marítima poderá delegar aos Municípios a fiscalização do tráfego de embarcações que ponham em risco a integridade física de quaisquer pessoas nas áreas adjacentes às praias, quer sejam marítimas, fluviais ou lacustres. A delegação poderá ser feita mediante Convênio específico.

2.11.2 - Nos Convênios poderão ser estabelecidos entendimentos entre o Município e o Agente da Autoridade Marítima, de modo a disciplinar o uso de espaços marítimos, fluviais e lacustres específicos, com o propósito de evitar acidentes, harmonizando a convivência entre banhistas, praticantes de esportes aquáticos (tais como surf, windsurf, etc), os praticantes de esportes náuticos (vela, remo, competições motorizadas, etc) e o tráfego de embarcações locais.

CAPÍTULO 3

DOS FATOS DECORRENTES DA INSPEÇÃO NAVAL

SEÇÃO I

INFRAÇÕES, PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

3.1 - INFRAÇÃO

Constitui infração às regras do tráfego aquaviário a inobservância de qualquer preceito no Decreto-lei no 2.596 de 18 de maio de 1998 (RLESTA - Regulamento de Segurança do Tráfego Aquaviário), que regulamenta a Lei no 9.537 de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional (LESTA), das Normas da Autoridade Marítima e dos atos ou resoluções internacionais ratificadas pelo Brasil, sendo o infrator sujeito às penalidades indicadas no RLESTA.

3.2 - CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO

O art. 9º do RLESTA estabelece que "A infração e o seu autor material serão constatados:

I - no momento em que for praticada;

II - mediante apuração posterior; e

III - mediante Inquérito Administrativo."

No que tange ao inciso II acima, a apuração abrange a coleta de dados, documentos e provas materiais pela CP/DL/AG, que apontem indícios de infração à LESTA constante do artigo 3.6 da presente norma. Normalmente, ocorre quando há denúncias ou informações de possíveis infrações praticadas em período anterior, considerando o contido na Lei no 9.873/99, que estabelece prazo de cinco anos para a abertura de quaisquer processos administrativos para o exercício da ação punitiva pela Administração Pública Federal. Assim, mesmo que o Agente da Autoridade Marítima não tenha tomado conhecimento da infração no momento em que foi praticada, poderá fazê-lo posteriormente, mediante apuração, notificando os possíveis envolvidos.

O inciso III, por sua vez, refere-se aos Inquéritos Administrativos de Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN), julgamentos pelo Tribunal Marítimo, quando transformados em Processos. Uma vez instaurado o referido inquérito, os Capitães dos Portos, Delegados e Agentes aguardarão a apreciação do Tribunal Marítimo, por meio do seu Acórdão. Este irá estender-se a todos os que para o IAFN concorreram ou nele figuram, mesmo por simples infração à LESTA, cometida antes, durante ou depois da causa do referido inquérito, com exceção da hipótese de poluição das águas, quando deverá ser aplicada a Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e o Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, observado o procedimento no capítulo 5 desta norma, e anexado o respectivo Auto de Infração. Assim, as punições às infrações à LESTA somente ocorrerão após o julgamento do processo e a publicação do Acórdão por aquele Tribunal, ocasião em que o Acórdão poderá propor medidas preventivas e apontará infrações à LESTA, quando necessário. Nesta situação, serão cumpridos os procedimentos habituais da lavratura do Auto de Infração e estabelecimento da multa pertinente pelo Capitão dos Portos, Delegado ou Agente.

3.3 - AUTORES MATERIAIS

Para efeito de aplicação de penalidades, poderão ser considerados como autores materiais:

3.3.1 - o tripulante;

3.3.2 - o proprietário, armador ou preposto da embarcação;

3.3.3 - a pessoa física ou jurídica que construir ou alterar as características da embarcação;

3.3.4 - o construtor ou proprietário de obra sob, sobre e às margens das águas;

3.3.5 - o pesquisador, explorador ou proprietário de jazida mineral sob, sobre ou às margens das águas;

3.3.6 - o prático; e

3.3.7 - o agente de manobra e docagem.

Notas:

a) Respondem solidária e isoladamente pelas infrações:

I) no caso de embarcação, o proprietário, o armador ou preposto;

II) o proprietário ou construtor da obra;

III) a pessoa física ou jurídica proprietária de jazida ou que realizar pesquisa ou lavra de minerais;

e

IV) o autor material.

b) Em relação à Agência de Navegação, por ser tão somente a mandatária do armador e por não constar da LESTA como autora material ou responsável solidária, não pode responder por infrações praticadas por seus representados. No entanto, as Agências de Navegação devem encaminhar as notificações emitidas aos seus representados.

3.4 - PENALIDADES PREVISTAS

A Autoridade Marítima poderá, mediante "procedimento administrativo", aplicar as seguintes penalidades, conforme disposto no art. 25 da Lei no 9.537/97 (LESTA):

3.4.1 - multa;

3.4.2 - suspensão do certificado de habilitação até doze meses;

3.4.3 - cancelamento do certificado de habilitação; e

3.4.4 - demolição de obras e benfeitorias.

Notas:

a) Os valores das multas constam do Regulamento de Segurança do Tráfego Aquaviário, aprovado pelo Decreto no 2.596/98 (RLESTA); e

b) No caso do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por sua Carga (DPEM), o valor da multa a ser imposta será calculado pela Organização Militar que autuou, baseando-se nas tabelas divulgadas periodicamente por Circular da Superintendência de Seguros Privados e distribuídas pela DPC por intermédio de Circular. O responsável deve ser orientado para que o pagamento da multa seja feito por meio da rede bancária, mediante o preenchimento do formulário Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, para recolhimento ao Tesouro Nacional.

3.5 - COMPETÊNCIAS

Compete aos Comandantes de Distritos Navais, como Representantes da Autoridade Marítima para a Segurança do Tráfego Aquaviário, ou a quem por ele tenha sido subdelegada tal competência:

3.5.1 - promover a execução da Inspeção Naval;

3.5.2 - adotar as medidas administrativas previstas na LESTA;

3.5.3 - instaurar procedimentos administrativos, lavrar Autos de Infração e aplicar as penalidades previstas na LESTA; e

3.5.4 - ordenar ou providenciar a demolição de obra ou benfeitoria e a recomposição do local, quando realizadas em desacordo com as normas estabelecidas pela Autoridade Marítima.

a) Caso as competências estabelecidas nos incisos 3.5.2 e 3.5.3 acima tenham sido subdelegadas aos Capitães dos Portos e aos seus prepostos, como Agentes da Autoridade Marítima, compete:

I) tratar dos atos relativos à aplicação de penalidades e os relativos às medidas administrativas de acordo com o seguinte critério:

- na área de jurisdição da sede da Capitania dos Portos (CP), ao Oficial designado por ato do Capitão dos Portos sendo, para efeito do contido nos incisos 3.5.2 e 3.5.3, designado como Autoridade Competente; e

- nas áreas de jurisdição das Delegacias (DL) e Agências (AG), aos respectivos Delegados e Agentes sendo, para efeito do contido nos incisos 3.5.2 e 3.5.3, designados como Autoridade Competente.

II) ao respectivo Capitão dos Portos, tratar dos consequentes pedidos de recursos sendo, para efeito do contido nos incisos 3.5.2 e 3.5.3, designado como Autoridade Competente.

III) aos Inspectores Navais a adoção de medidas administrativas, previstas no art. 16 da LESTA.

b) Compete ao DPC, como Representante da Autoridade Marítima para a Segurança do Tráfego Aquaviário, julgar os recursos sobre multas aplicadas por infração aos regulamentos e às leis relativas à segurança da navegação, em última instância.

3.6 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

3.6.1 - Auto de infração - lavratura

a) Constatada a infração será lavrada a Notificação para Comparecimento (anexo 3-A), para convocar o responsável por eventual cometimento de infração para prestação de esclarecimentos e obtenção de orientação nos casos de infringência à legislação vigente afeta à segurança da navegação e à salvaguarda da vida humana, no mar aberto e em hidrovias interiores, que antecede a lavratura do respectivo Auto de Infração, conforme anexo 3-B, sem a qual nenhuma penalidade poderá ser imposta. O Auto de Infração será lavrado, com cópia para o Infrator, para julgamento pela Autoridade Competente, conforme estabelecido no artigo 3.5 desta norma; e

b) O Auto de Infração deverá ser assinado pelo Infrator, seu preposto ou representante legal para esse fim e por testemunhas, se houver. Caso o Infrator se recuse a assinar, o fato será tomado a termo; caso não saiba assinar, o Auto será assinado a rogo.

3.6.2 - Auto de infração - julgamento

a) Lavrado o Auto, o infrator disporá de quinze dias úteis de prazo para apresentar sua defesa, contados a partir do dia consecutivo do conhecimento do Auto de Infração, incluindo-se o dia do vencimento. Caso o infrator não queira apresentar defesa, poderá declarar no Auto de Infração que renuncia a apresentação da defesa, datando e assinando, conforme modelo contido no anexo 3-B;

b) O julgamento do Auto de Infração deverá ser proferido pela Autoridade Competente, com decisão devidamente fundamentada, no prazo de trinta dias corridos, contados da data de recebimento da defesa ou julgado, caso esta defesa não seja apresentada, após decorrido o prazo para sua apresentação;

c) Considerado procedente o Auto, será estabelecida a pena e notificado o Infrator; e

d) Caso a pena imposta seja multa, o Infrator terá um prazo de quinze dias corridos para pagamento.

No caso de Auto de Infração lavrado com base em outra lei que não a LESTA, deverão ser observados os prazos dispostos no respectivo dispositivo legal, para apresentação da defesa prévia e julgamento dos autos pela Autoridade Competente.

3.6.3 - Interposição de Recurso

Da decisão do julgamento do Auto de Infração caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir do dia consecutivo da data do conhecimento da decisão, incluindo o dia do vencimento, dirigido à Autoridade Competente, da estrutura da Autoridade Marítima, imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, que disporá do prazo de trinta dias para proferir a sua decisão, devidamente fundamentada. Não será exigido depósito prévio de pagamento da multa para a interposição de recurso.

a) recurso de qualquer natureza deverá ser apresentado à autoridade de cujo ato se recorre, para que esta o encaminhe, com suas considerações e argumentos, à Autoridade a quem é dirigido; e

b) em caso de recurso interposto contra a decisão em procedimentos administrativos, relativos a outros dispositivos legais que não a LESTA, deverão ser observados as instâncias recursais e os prazos dispostos nos respectivos dispositivos.

3.6.4 - Pedido de Recurso em Última Instância Administrativa

Caso não tenha sido julgado procedente o recurso e o infrator não concorde com a pena imposta, poderá ainda recorrer da decisão, através de recurso em última instância administrativa sem efeito suspensivo, dirigido ao Representante da Autoridade Marítima para a Segurança do Tráfego Aquaviário (DPC), no prazo de cinco dias úteis, contados da data da notificação da decisão do recurso. Essa autoridade disporá de trinta dias para proferir sua decisão, devidamente fundamentada.

3.6.5 - Da comunicação dos atos no processo de Auto de Infração

A comunicação dos atos no processo do Auto de Infração poderá ser efetuada pessoalmente; pelo preposto ou representante legal; por via postal com aviso de recebimento (AR); por telegrama; ou por outro meio que assegure a ciência do interessado. No caso de interessado indeterminado, desconhecido ou de endereço indefinido, nos termos do § 4o, art. 26 da Lei no9.784/99, para fins de ciência dos atos processuais, a divulgação poderá ser feita por meio de publicação oficial (entende-se por publicação oficial o ato de divulgação em página de internet da OM, quadro de avisos no Grupo de Atendimento ao Público (GAP) ou ainda publicação em Diário Oficial da União). No caso de procurador, este deverá fornecer instrumento procuratório específico para esta finalidade.

Considerando o exposto acima, reitera-se que é obrigação do Amador, Aquaviário ou Proprietário da embarcação manter seus dados cadastrais atualizados junto às CP/DL/AG.

2SEÇÃO II

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

3.7 - APLICAÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Visando assegurar a segurança da navegação e a salvaguarda da vida humana no mar aberto e hidrovias interiores, por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio, a Autoridade Competente, conforme estabelecido no artigo 3.5 desta norma, poderá aplicar, mediante "procedimento administrativo", as seguintes medidas administrativas:

3.7.1 - apreensão do certificado de habilitação;

3.7.2 - apreensão, retirada do tráfego ou impedimento da saída de embarcação;

3.7.3 - embargo de construção, reparo ou alteração das características de embarcação;

3.7.4 - embargo da obra; e

3.7.5 - embargo da atividade de mineração e de benfeitorias realizadas.

Notas:

1) Em situação de emergência e para preservar a salvaguarda da vida humana ou a segurança da navegação, a medida administrativa poderá ser aplicada liminarmente, devendo a comunicação formal ser encaminhada posteriormente.

2) A imposição das medidas administrativas não elide a aplicação das penalidades previstas na LESTA, possuindo caráter complementar a elas. As medidas administrativas serão suspensas tão logo sanados os motivos que ensejaram a sua imposição.

3.8 - APREENSÃO E RETENÇÃO DE EMBARCAÇÃO

A embarcação só será impedida de dar continuidade ou iniciar uma singradura, quando a infração praticada efetivamente caracterizar perigo ou risco potencial à navegação, à salvaguarda da vida humana nas águas e/ou de poluição ambiental.

Essa medida será aplicada sempre que necessário, pois nada justifica o comprometimento da segurança.

As embarcações serão apreendidas mediante lavratura do Auto de Apreensão (anexo 3-J), sempre que:

3.8.1 - conduzidas por pessoas não habilitadas (não possuir habilitação);

3.8.2 - não forem registradas e/ou inscritas;

3.8.3 - estiver a embarcação estrangeira operando em águas sob jurisdição nacional, sem estar devidamente regularizada de acordo com o previsto na NORMAM-04/DPC;

3.8.4 - trafegando sem o cumprimento de exigências de vistorias que comprometam a segurança, após o prazo estabelecido;

3.8.5 - qualquer fato que represente perigo à salvaguarda da vida humana no mar e nas águas interiores, segurança da navegação e à poluição ambiental; e

3.8.6 - conduzida por pessoa em estado de embriaguez, desde que não se apresente outro condutor devidamente habilitado.

As embarcações serão retidas pelo tempo que for necessário para atendimento das exigências requeridas.

3.9 - CONDUÇÃO DE EMBARCAÇÃO EM ESTADO DE EMBRIAGUEZ

3.9.1 - Aplicação

Para efeito de aplicação desta Norma é considerado estado de embriaguez aquele em que o condutor da embarcação esteja sob a influência de álcool ou de qualquer substância entorpecente ou tóxica.

Visando a segurança da navegação e a salvaguarda da vida humana no mar aberto e hidrovias interiores, caberá aos Agentes da Autoridade Marítima, no decorrer das atividades/exercícios da Inspeção Naval, quando o condutor da embarcação apresentar sinais característicos de embriaguez, solicitar ao condutor submeter-se ao teste com o etilômetro.

3.9.2- Limites de teor alcoólico

Consideram-se como limites de teor alcoólico, para fins de aplicação de procedimentos administrativos, a concentração igual ou superior a 0,3 miligramas (três décimos de miligramas) de álcool por litro de ar alveolar ou 6 decigramas de álcool por litro de sangue, hipótese na qual será considerado estado de embriaguez.

A concentração inferior a 0,3 miligramas (três décimos de miligramas) de álcool por litro de ar alveolar ou 6 decigramas de álcool por litro de sangue não é considerada estado de embriaguez e, portanto, não se aplicam as medidas ou procedimentos administrativos.

3.9.3 - Teste de alcoolemia

O índice de alcoolemia em condutores de embarcações será auferido por etilômetros aprovados pelo Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO e aferidos por aquele Instituto ou órgão da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ.

O seu resultado deverá ser assinado pelo condutor da embarcação. Na eventualidade de negar-se a assinar, o resultado será firmado, de preferência, por duas testemunhas.

Recusando-se o condutor a submeter-se ao teste de alcoolemia ou na hipótese do teor alcoólico estar acima do limite permitido (0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar), este será notificado com base no art. 23 do RLESTA, bem como impedido de conduzir a embarcação. Para a referida infração, a penalidade prevista é a suspensão do Certificado de Habilitação (CHA ou CIR) por até 120 dias. A reincidência sujeitará o infrator à pena de cancelamento da sua habilitação

3.9.4 - Medidas administrativas

Nos casos em que for constatado um estado de embriaguez, conforme parâmetro descrito no inciso 3.9.2, será iniciada a aplicação de procedimentos administrativos de Auto de Infração.

Paralelamente, poderão ser aplicadas medidas administrativas pelos Inspectores Navais, como a apreensão da embarcação, caso não haja condutor devidamente habilitado e que ao se submeter ao teste de alcoolemia, este não esteja em estado de embriaguez. Após o encerramento do procedimento administrativo de Auto de Infração, o infrator poderá ser penalizado com a suspensão da Habilitação (CIR ou CHA) por até 120 dias ou o cancelamento da mesma, no caso de reincidência, conforme preconiza o art. 23 do RLESTA.

3.10 - NOTIFICAÇÃO DE RETIRADA E PARA SANAR IRREGULARIDADES

Após sanadas as irregularidades que determinaram a apreensão da embarcação, o proprietário que não se apresentar ao órgão competente para retirá-la será notificado a fazê-lo, dentro de quinze dias, sob pena de ter sua embarcação leiloada ou incorporada aos bens da União, uma vez que o não comparecimento caracterizará o abandono com intenção de renunciar à propriedade.

Caso as irregularidades não sejam sanadas pelo proprietário, este será notificado para fazê-los no prazo de noventa dias, sob pena de ter sua embarcação leiloada ou incorporada aos bens da União.

A notificação (anexo 3-C), será expedida em duas vias, devendo a 1ª via ser entregue ao interessado, ou quem o represente, mediante recibo na 2ª via, ou através do serviço postal por Aviso de Recebimento (AR). Caso seja desconhecido o proprietário da embarcação ou o endereço de sua

residência, a notificação será feita por Edital (anexo 3-D).

3.11 - LACRE

O lacre (anexo 3-E) é um dispositivo por meio do qual o Inspetor Naval se certifica de que a embarcação permanecerá fora de tráfego até que sejam solucionadas as discrepâncias observadas.

Nota:

As embarcações que estão lacradas só poderão ser deslacradas pela CP/DL/AG que realizou o procedimento de apreensão. Desta forma, a retirada do lacre sem autorização devida se constitui em crime previsto no art. 336 do Código Penal.

3.12 - INDENIZAÇÃO POR GUARDA E CONSERVAÇÃO

Serão cobradas indenizações relativas às despesas pela guarda e conservação das embarcações apreendidas e sob responsabilidade das CP/DL/AG (anexo 3-I), podendo ser acrescidas de despesas indiretas, tais como transporte e alimentação do pessoal empregado nessa guarda. As CP/DL/AG poderão dispensar essa cobrança das pessoas físicas de baixa renda.

3.13 - LIBERAÇÃO DA EMBARCAÇÃO

3.13.1 - A embarcação apreendida ou achada só será entregue ao legítimo proprietário depois de comprovado o pagamento correspondente às:

- a) despesas realizadas por aqueles que encontraram ou apreenderam a embarcação; e
- b) despesas realizadas com a conservação e guarda da embarcação.

3.13.2 - A apreensão de uma embarcação é uma medida administrativa de caráter preventivo visando à segurança, mediante a sua retirada temporária de tráfego, para que seja sanada uma irregularidade; e

3.13.3 - A liberação da embarcação apreendida está condicionada a uma declaração do responsável, no Termo de Entrega de Embarcação (anexo 3-F), afirmando que recebe a embarcação no mesmo estado de conservação e com os respectivos equipamentos, sem constatar qualquer irregularidade.

3.14 - ALIENAÇÃO, LEILÃO E VENDA DE EMBARCAÇÕES OU OBJETOS APREENDIDOS OU ACHADOS

Quando a embarcação ou objeto apreendido não for resgatado pelos seus responsáveis, dentro dos prazos legais estabelecidos nesta norma, após o devido processo administrativo de perdimento do bem, deverá ser publicado em jornal de maior circulação da cidade, o Edital de Leilão (anexo 3-G) convocando o interessado, devendo ser expedida a Portaria de designação de Leiloeiro, preferencialmente, um Leiloeiro Público, cujo modelo consta do anexo 3-H.

3.15 - INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

O não pagamento de multa imposta é passível de processo de execução, da competência do Procurador da Fazenda Nacional. Após ser a dívida regularmente inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional, a emissão da Certidão de Dívida Ativa da Fazenda Pública configurará um título executivo extrajudicial, de acordo com o Código de Processo Civil.

3.16 - NÚCLEOS ESPECIAIS DE POLÍCIA MARÍTIMA (NEPOM)

Pela Instrução Normativa no2, de 05 de agosto de 1999, do Departamento de Polícia Federal, foram criados os NEPOM objetivando principalmente à prevenção e à repressão dos atos ilícitos praticados a bordo, contra ou em relação a embarcações na costa brasileira, e a fiscalização do fluxo migratório no Brasil, conforme determina o art. 1oda referida instrução.

3SEÇÃO III

NORMAS E PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

3.17 - PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Processo Administrativo de Apuração, com fundamento no inciso II do art. 9º do Regulamento da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - Decreto-Lei no 2.596/1998, combinado com a Lei no 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, tem como escopo a apuração de ocorrências não enquadradas como fatos ou acidentes da navegação, objetos de Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) da NORMAM-09/DPC. Assim, quando supostas irregularidades chegarem ao conhecimento de Agente da Autoridade Marítima, será instaurado o referido processo para constatar possível irregularidade e/ou infração e o seu autor material.

Nos precisos termos no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados, em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. O Processo Administrativo compreende, além dos termos e despachos, os seguintes atos:

3.17.1- Portaria designando o Encarregado do Processo Administrativo;

3.17.2- Portaria do Encarregado do Processo Administrativo designando o escrivão;

3.17.3- Auto de inquirição da vítima (quando houver);

3.17.4- Auto de inquirição das testemunhas;

3.17.5- Auto de inquirição ao possível infrator;

3.17.6- Relatório e Conclusão: a conclusão deverá apontar se houve infração, com enquadramento no RLESTA, e seus autores materiais;

3.17.7- Solução: caso acolhida a sugestão de conclusão para a abertura do Auto de Infração, este deverá ser lavrado para apresentação de defesa, cumprindo os procedimentos previstos no artigo 4.4 desta norma. Caso contrário, o processo deverá ser arquivado; e

3.17.8- Defesa: depois da entrega do competente Auto de Infração, o infrator poderá apresentar Defesa Prévia, nos casos de enquadramento no RLESTA.

O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de até trinta dias, prorrogável por mais trinta, pela Autoridade instauradora.

A defesa pode ser direta, quando apresentada pelo próprio acusado; indireta, quando apresentada por procurador devidamente constituído; e, "ex officio", no caso de revelia.

3.18 - APLICAÇÃO DE PENALIDADES E ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Caso constatado, após a conclusão do Processo Administrativo, que houve infração e identificado o autor material, deverá ser cumprido o respectivo "PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO" de Auto de Infração para a imposição de pena ou, ainda, concomitante ou não, para imposição de medida administrativa.

3.18.1 - Tendo em vista a incidência de acidentes de navegação com a ocorrência de mortes e lesões corporais, muitas vezes decorrentes de ações que caracterizam um crime e/ou contravenção penal, sejam elas por dolo ou por culpa, os órgãos do SSTA devem envidar esforços no sentido de colaborar com o Ministério Público, a fim de que os responsáveis sejam punidos não apenas na esfera administrativa, mas também no campo penal e, por desejo dos prejudicados, na esfera cível. Dentre essas ações delituosas, destacam-se as seguintes: excesso de lotação, excesso de carga, transporte ilegal de passageiros, transporte ilegal de mercadorias perigosas, falta de habilitação etc. Quando a autoridade instauradora do Processo Administrativo, na sua conclusão, verificar que há indícios de crime (morte, lesão corporal etc), o Ministério Público deverá ser informado da ocorrência, devendo ser encaminhado cópia do processo com todas as suas peças e elementos de convicção.

As CP/DL/AG antes de notificarem o Ministério Público sobre uma possível ocorrência de crime e/ou contravenção penal, vislumbrado no Processo Administrativo, deverão submeter o assunto à apreciação do respectivo DN.

3.18.2 - As presentes normas aplicam-se também, no que couber, aos inquéritos procedidos a bordo pelo Comandante da embarcação, na imposição das sanções disciplinares cabíveis, com base no art. 10, da LESTA, devendo ser observados, nesses casos, o princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, mediante o recebimento da defesa do indiciado.

3.18.3 - Na condução do Processo Administrativo, aplicar-se-ão no que couber, com as alterações necessárias, o disposto nas Normas para Inquérito sobre Acidentes ou Fatos da Navegação (IAFN) - NORMAM-09/DPC.

3.18.4 Qualquer ato de resistência, desobediência, desacato e evasão à equipe de Inspeção Naval e seus componentes são violações previstas no Código Penal Militar com o seguinte enquadramento:

- Artigo 177 do Código Penal Militar (CPM) - resistência mediante ameaça ou violência;
- Artigo 209 do Código Penal Militar (CPM) - lesão corporal;
- Artigo 301 do Código Penal Militar (CPM) - desobediência; e
- Artigo 299 do Código Penal Militar (CPM) - desacato a militar.

Na incidência dessas situações, o Inspetor Naval poderá lavrar Auto de Prisão em Flagrante (APF) e posterior instauração de Inquérito Policial Militar (IPM).

4SEÇÃO IV

3.19 - CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou não previstos nesta norma serão esclarecidos pelo Diretor de Portos e Costas.

CAPÍTULO 4

DO LANÇAMENTO DE ÓLEO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS OU PERIGOSAS EM ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO NACIONAL

4.1 - DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NA LEI No9.966/00 E SEU REGULAMENTO

São aquelas que contrariam as regras sobre prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, constantes da Lei no9.966/00 e seu regulamento, o Decreto no4.136/02, além daquelas previstas nos instrumentos internacionais ratificados pelo Brasil.

4.2 - DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO

A infração será constatada:

- 4.2.1 - no momento em que for praticada;
- 4.2.2 - mediante apuração posterior; e
- 4.2.3 - mediante inquérito administrativo.

4.3 - COMPETÊNCIA

4.3.1 - Compete aos Comandantes de DN, como REPRESENTANTE DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA O MEIO AMBIENTE, ou à quem por ele tenha sido subdelegado:

- a) supervisionar as atividades dos Agentes da Autoridade Marítima subordinados;
- b) implementar e promover a fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal, estadual ou municipal;
- c) autuar e aplicar as sanções aos infratores, nas situações previstas na Lei no9.966/00 de competência da Autoridade Marítima;
- d) promover a fiscalização das embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, e as cargas embarcadas, de natureza nociva ou perigosa, e determinar a autuação dos infratores; e
- e) determinar a obtenção dos dados e informações e a apuração das responsabilidades sobre os incidentes com embarcações, plataformas e suas instalações de apoio que tenham provocado danos ambientais, providenciando seu encaminhamento à Diretoria de Portos e Costas, para as providências necessárias no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

4.3.2 - Caso as competências estabelecidas nas alíneas c a e acima tenham sido subdelegadas aos Capitães dos Portos e aos seus prepostos, como AGENTES DA AUTORIDADE MARÍTIMA, os atos relativos à aplicação de penalidades caberão:

a) na área de jurisdição da sede da Capitania dos Portos (CP), ao Oficial designado por ato do Capitão dos Portos sendo, para efeito do contido na alínea c, do inciso 4.3.1 anterior, designado como AUTORIDADE COMPETENTE; e

b) nas áreas de jurisdição das Delegacias (DL) e Agências (AG), aos respectivos Delegados e Agentes sendo, para efeito do contido na alínea c, do inciso 4.3.1 anterior, designados como AUTORIDADE COMPETENTE.

4.3.3 - Compete ao Diretor de Portos e Costas, como REPRESENTANTE DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA O MEIO AMBIENTE:

a) coordenar as ações decorrentes da aplicação da legislação ambiental por parte dos Agentes da Autoridade Marítima;

b) comunicar ao órgão regulador da indústria do petróleo as irregularidades encontradas durante a fiscalização de embarcações, plataformas e atividades de apoio atinente àquela indústria;

c) encaminhar os dados, informações e resultados de apuração de responsabilidades ao órgão federal de meio ambiente, para avaliação dos danos ambientais e início das medidas judiciais cabíveis;

d) julgar os recursos sobre multas aplicadas por Agentes da Autoridade Marítima por infração aos regulamentos e leis relativos à poluição ambiental, em última instância;

e) determinar a emissão dos Certificados de Garantia Financeira para os navios de bandeira brasileira relativos à Convenção Internacional de Responsabilidade Civil em Danos causados por Poluição por Óleo; e

f) Estabelecer requisitos e elaborar normas para prevenção da poluição por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio.

4.4 - DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

4.4.1 - Auto de Infração - Lavratura

a) Constatada a infração será lavrado o competente Auto de Infração, conforme anexo 3-B, sem o qual nenhuma penalidade poderá ser imposta. O Auto de Infração será lavrado, com cópia para o Infrator, para julgamento pela AUTORIDADE COMPETENTE, conforme estabelecido no artigo 4.3 destas normas;

b) O Auto de Infração deverá ser assinado pelo Infrator e por testemunhas, se houver. Caso o Infrator se recuse a assinar, o fato será tomado a termo; caso não saiba assinar, o Auto será assinado a rogo; e

c) Os prazos citados neste Capítulo serão computados sempre em dias consecutivos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

4.4.2 - da Defesa e do Julgamento

a) Em primeira instância, a defesa deverá ser apresentada à CP/DL/AG que lavrou o auto de infração, dentro do prazo de até vinte dias contados da data em que o autuado tomou ciência da autuação.

b) O auto deverá ser julgado pela autoridade competente dentro do prazo de até sessenta dias contados da data do recebimento da defesa ou, na hipótese da defesa não ser apresentada, após decorrido o prazo para sua apresentação.

c) A Superintendência de Meio Ambiente da DPC é o órgão competente para elaboração do Laudo Técnico Ambiental (LTA). As CP/DL/AG deverão enviar toda documentação necessária para elaboração deste documento, que será analisada e validada por aquele órgão técnico da DPC.

A DPC elaborará o LTA em até sessenta dias, a contar do término do prazo para apresentação da defesa prévia, e o remeterá à CP/DL/AG, que dará ciência do seu conteúdo ao infrator, no prazo máximo de dez dias, sendo-lhe facultado complementar a sua defesa prévia no prazo de vinte dias, a contar da data que tomou ciência.

d) Na hipótese do infrator, devidamente intimado, não comparecer à CP/DL/AG para tal, o prazo para apresentação da defesa terá início ao final do prazo estipulado na intimação. Quando solicitado pelo infrator, a OM poderá fornecer cópia do respectivo laudo.

e) Na situação prevista na alínea c, a autoridade competente disporá de até trinta dias contados a partir da apresentação da defesa ou de sua complementação para proferir seu julgamento, ou caso esta defesa não seja apresentada, após decorrido o prazo da sua apresentação.

4.4.3 - do Recurso

Caso o infrator não concorde com a penalidade imposta, poderá, sem necessidade do pagamento da multa, recorrer da decisão, através de recurso interposto junto à CP/DL/AG que o julgou, e dirigido ao Diretor de Portos e Costas (DPC), em última instância.

O referido recurso deverá ser interposto dentro do prazo de até vinte dias, contados da data em que o infrator tomar ciência do julgamento.

O DPC dentro do prazo de até trinta dias efetuará o julgamento do recurso interposto.

14.5 - VALORAÇÃO DE MULTA ADMINISTRATIVA POR POLUIÇÃO HÍDRICA

Com a publicação da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000 (Lei de Poluição das Águas), a Autoridade Marítima manteve a sua competência legal para aplicar multas em embarcações, plataformas e suas instalações de apoio que provoquem poluição das águas, estendendo seus limites às Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).

A presente NORMAM estabelece o rito do processo administrativo ambiental (4.4), garantindo-se os princípios do contraditório e da ampla defesa aos administrados. Da mesma forma, o Laudo Técnico Ambiental é parte intrínseca do processo administrativo, conforme previsto no Decreto no4.136, seção III, art. 50, e deverá subsidiar a autoridade que autuou o infrator, quanto à valoração da multa a ser aplicada, dentro do princípio da razoabilidade.

4.5.1 - Nível de impacto ambiental do LTA

Para classificação do Nível de Impacto Ambiental, componente principal da conclusão do Laudo Técnico Ambiental (LTA), são levados em consideração os seguintes parâmetros, intimamente relacionados ao impacto ambiental: Volume Derramado (VD), Sensibilidade Ambiental (SA), Persistência (P) e Ação de Resposta (AR). Com base nestes parâmetros, o incidente será graduado quanto ao seu nível de impacto ambiental, da seguinte maneira:

Nível 1: impacto ambiental leve;

Nível 2: impacto ambiental moderado;

Nível 3: impacto ambiental grave;

Nível 4: impacto ambiental muito grave; e

2Nível 5: impacto ambiental gravíssimo.

4.5.2 - Definições

a) Valoração da Multa Administrativa - Procedimento de cálculo do valor, em reais, da multa administrativa a ser cobrada como sanção ao infrator por poluição hídrica por óleo e derivados.

b) Multa Administrativa Inicial - Cálculo da multa sem levar em consideração a Situação Econômica do Infrator.

3c) Multa Administrativa Final - Cálculo da multa levando em consideração a Situação Econômica do Infrator. Como o nome sugere, será o valor cobrado ao infrator ao final do processo de valoração da multa administrativa.

4.5.3 - Valoração da multa administrativa

De acordo com o art. 36 do Decreto no4.136/02, a penalidade por descarga de óleo e misturas oleosas por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio em casos diferentes dos permitidos pela MARPOL 73/78, será de multa do Grupo E do referido Decreto, que varia de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Para o cálculo da multa administrativa são levados em consideração os seguintes parâmetros, pela Autoridade Marítima:

a) Volume Derramado (VD) - Volume, em litros, de óleo e/ou derivado derramado no ambiente aquático;

b) Persistência (P) - A capacidade de permanência do óleo na água varia em função da densidade relativa, volatilidade e ponto de fluidez (temperatura abaixo da qual o óleo não flui). Porém, de maneira a generalizar e padronizar valores de persistência dos principais óleos transportados, foram estabelecidos quatro grupos, levando em consideração a densidade relativa do óleo (ITOPF, 2020/2021). Estes grupos são divididos da seguinte maneira, quanto à densidade relativa e respectiva persistência (em dias):

GRUPO	DENSIDADE RELATIVA	PERSISTÊNCIA (DIAS)
I	<0,8	1-2
II	0,8 a 0,85	3-4
III	0,85 a 0,95	6-7
IV	>0,95	>7

c) Sensibilidade Ambiental (SA) - Classificação das diferentes seções dentro das AJB, de acordo com suas características geomorfológicas, permitindo prever o resultado da interação com o óleo, quanto à persistência natural e condições de limpeza/remoção do óleo, conforme as cartas de Sensibilidade Ambiental a derramamentos de Óleo (SAO), que constam nos respectivos Atlas de Sensibilidade Ambiental, elaborados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

4.5.4 - Das circunstâncias agravantes e atenuantes da multa administrativa

a) Ação de Resposta (AR) - Dependerá da tempestividade e da eficácia das ações de resposta ao incidente. Para classificar a ação de resposta, são levados em consideração o tempo de resposta inicial, o tipo e qualidade do material empregado e se a composição da equipe de resposta (quantidade e competência técnica dos componentes da equipe) e suas ações foram satisfatórias. Para cada quesito da AR avaliado é gerada uma pontuação. A soma das pontuações de AR é revertida em um fator, que poderá diminuir, manter ou aumentar o valor da multa.

b) Reincidência (R) - De acordo com o Decreto no4.136/2002, no caso de infração punida com multa, a reincidência implicará o aumento da penalidade originária ao triplo do seu valor, se o infrator for reincidente em período inferior a 36 meses.

c) Situação Econômica do Infrator (SEI) - De acordo com o porte econômico do infrator, a multa inicial pode sofrer redução, ou seja, a multa final leva em consideração a situação econômica do infrator.

A SEI considera os seguintes aspectos:

Em se tratando de pessoa jurídica de direito privado e entidades privadas sem fins lucrativos, a situação econômica do infrator será determinada mediante classificação do enquadramento econômico da empresa, tendo em vista tratar-se de:

I - microempresa e empresa de pequeno porte: as pessoas jurídicas que se enquadrem, respectivamente, nas descrições dos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, alterados a partir de 1º de Janeiro de 2012 pela Lei Complementar nº 139, de 10 de Novembro de 2011;

II - empresa de médio porte: a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais); e

III - empresa de grande porte: a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

A alteração legislativa que revise os parâmetros estabelecidos de porte econômico de pessoa jurídica terá incidência automática nos limites de enquadramento anterior.

Em se tratando de pessoa física, serão adotados os seguintes valores para enquadramento:

I - Pessoa física isenta da Declaração de Imposto de Renda, com rendimento anual inferior a R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos); e

II - Pessoa física obrigada a declarar Imposto de Renda, com rendimento anual superior a R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos).

A alteração legislativa que revise os parâmetros estabelecidos para isenção da Declaração de Imposto de Renda terá incidência automática nos limites de enquadramento acima.

4.5.5 - Referências

- a) Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
- b) Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000;
- c) Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002;
- d) Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008;
- e) Instrução Normativa Conjunta MMA-IBAMA-ICMbio nº 01, de 12 de abril de 2021;
- f) ITOPF HANDBOOK 2020/2021; e
- g) Convenção MARPOL 73/78.

4.6 - DO PAGAMENTO DA MULTA

A multa deverá ser paga dentro do prazo de até cinco dias, contados da data do recebimento da notificação para pagamento. A notificação deverá ser feita por quem julgou o auto de infração, quando decorrido o prazo para interposição do recurso sem que o mesmo tenha sido apresentado, ou a partir da ciência do infrator da decisão proferida no recurso interposto.

4.7 - RESPONSABILIDADE CIVIL E DEPÓSITO DE CAUÇÃO

O proprietário de um navio, conforme definido na Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, 1969 (CLC-69), independente da multa administrativa que couber, é civilmente responsável pelos danos causados por poluição por óleo no território nacional, incluindo o mar territorial.

Para gozar dos benefícios do limite de responsabilidade e dos excludentes de culpabilidade de que tratam, respectivamente, os art. 3º e 4º da CLC-69, o proprietário de um navio registrado em um Estado contratante, que transporte mais de duas mil toneladas de óleo a granel como carga, deverá ter a bordo o Certificado de Garantia Financeira, estabelecido no §2º, do art. 7º, da CLC-69.

A embarcação de um Estado não contratante da CLC-69 envolvida em um acidente que resulte em poluição por óleo, para gozar do benefício do limite de responsabilidade, deverá constituir um fundo ou apresentar uma garantia financeira que represente, no mínimo, o total previsto no art. 5º da CLC-69. Caso a embarcação não possua o retro citado certificado, será retida e somente liberada após o depósito de caução para o pagamento das despesas decorrentes da poluição.

4.8- CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou não previstos serão resolvidos pela DPC.

Nº _____/____

MARINHA DO BRASIL

(NOME DA OM)

NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTOO , com fulcro na:
(CAPITÃO DOS PORTOS/DELEGADO/AGENTE) Lei nº 9.537/97 – Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. Lei nº 9.966/00 – Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
(CITAR OUTRO DISPOSITIVO LEGAL, QUANDO FOR O CASO)

notifica o Sr.(a) proprietário(a)

da , ou seu representante legal para comparecer
(NOME)
(NOME DA EMBARCAÇÃO/OBRA)à , situada a
(NOME DA OM) (ENDEREÇO COMPLETO DA OM)..... no prazo de 8 (oito) dias úteis no horário de
às, para prestar esclarecimento(s) referente(s) ao(s) fato(s) abaixo descrito(s):.....
.....
.....
(DESCREVER AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS)
.....
.....
.....

NOME LEGÍVEL DO INFRATOR

ASSINATURA DO INFRATOR OU RESPONSÁVEL

Esclareço que o não comparecimento não impede a autuação e o desenvolvimento regular do processo administrativo.

....., em/...../.....

NOME/NIP DO INSPETOR NAVAL

ASSINATURA DO INSPETOR NAVAL

1ª via - NOTIFICADO

- 3-A-1 -

NORMAM-07/DPC
Rev.1
ANEXO 3-A

Nº _____/_____/_____

MARINHA DO BRASIL
(NOME DA OM)
NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO

O , com fulcro na:
(CAPITÃO DOS PORTOS/DELEGADO/AGENTE)

Lei nº 9.537/97 – Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

Lei nº 9.966/00 – Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

.....
(CITAR OUTRO DISPOSITIVO LEGAL, QUANDO FOR O CASO)

notifica o Sr.(a)
(NOME)
proprietário(a) da
(NOME DA EMBARCAÇÃO/OBRA), ou seu representante legal para comparecer à
(NOME DA OM), situada a
(ENDEREÇO COMPLETO DA OM)
no prazo de 8 (oito) dias úteis no horário de
às, para prestar esclarecimento(s) referente(s) ao(s) fato(s) abaixo descrito(s):

.....
(DESCREVER AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS)

NOME LEGÍVEL DO INFRATOR

ASSINATURA DO INFRATOR OU RESPONSÁVEL

Esclareço que o não comparecimento não impede a autuação e o desenvolvimento regular do processo administrativo.

....., em/...../.....

NOME/NIP DO INSPETOR NAVAL

ASSINATURA DO INSPETOR NAVAL

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:

Nº DA IDENT./ÓRGÃO EXPEDIDOR:

Nº DA IDENT./ÓRGÃO EXPEDIDOR:

CPF:

CPF:

ENDEREÇO:

ENDEREÇO:

DADOS DO INFRATOR OU RESPONSÁVEL

ENDEREÇO:

IDENTIDADE: ÓRGÃO EXPEDIDOR:

CPF/CNPJ: TELEFONE:

Nº INSCRIÇÃO: PORTO INSCRIÇÃO: AB.....
(NO CASO DE EMBARCAÇÃO) (NO CASO DE EMBARCAÇÃO)

No IMO:

TIPO DA OBRA:
(ENDEREÇO OU LAT/LONG ONDE OCORREU A INFRAÇÃO)

LOCAL:

HORA:

2ª via - OM

- 3-A-2 -

NORMAM-07/DPC
Rev.1

Auto de Infração

MARINHA DO BRASIL DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS	Número:	Data do Auto:
	Nº Notificação:	

Nome do Infrator:		
Responsável / Preposto:		
Nome da Embarcação:		Inscrição:
Porto de Inscrição:		
Data da Infração:	Hora da Infração:	Local da Infração:

Enquadramento	Descrição do Enquadramento

EXTRATO DO DISPOSITIVO LEGAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO A SER OBSERVADO DE ACORDO COM O TIPO DE AUTUAÇÃO

Tomei conhecimento da presente autuação e do prazo para apresentar defesa.

Em ___/___/_____ (a) _____

Declaro que tomei ciência do contido no § 1º do artigo 23 da Lei nº 9.537, de 11/12/1997 e, consoante o estabelecido no inciso LV, do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, renuncio ao direito de defesa e do contraditório para que seja dado prosseguimento ao processo administrativo, por reconhecer, de direito e por direito, a perpetração da infração ora caracterizada no presente Auto de Infração.

Em...../...../..... (a) _____

OBS: Este campo somente deverá ser assinado no caso do infrator renunciar à apresentação da defesa.

MARINHA DO BRASIL

(nome da OM)

Em ____ de _____ de _____.

NOTIFICAÇÃO PARA RETIRADAIlm^o Sr._____
NOME_____
ENDEREÇO

Solicito o comparecimento de Vossa Senhoria à Divisão de Inspeção Naval da Capitania _____ sito à _____, a fim de, após sanadas as irregularidades que determinaram a apreensão do objeto/embarcação de sua propriedade, providenciar a sua retirada, no prazo de quinze (15) dias, a contar da data do recebimento desta. O não comparecimento de Vossa Senhoria, no prazo estipulado, caracterizará o abandono do objeto/embarcação com intenção de renunciar à propriedade nos termos do Código Civil Brasileiro. Esclareço ainda que o referido material poderá ir a leilão ou ser incorporado aos bens da União.

Enc. da Div. de Inspeção Naval

Tomei conhecimento em ____/____/____.

Assinatura

- 3-C-1 -

NORMAM-07/DPC
Rev. 1

MARINHA DO BRASIL

(nome da OM)

Em ____ de _____ de _____.

NOTIFICAÇÃO PARA SANAR IRREGULARIDADESIlm^o Sr._____
NOME_____
ENDEREÇO

Solicito o comparecimento de Vossa Senhoria à Divisão de Inspeção Naval da Capitania _____ sito à _____, a fim de sanar, no prazo de noventa (90) dias, as irregularidades que determinaram a apreensão do objeto/embarcação de sua propriedade. Esclareço que na hipótese do não comparecimento de Vossa Senhoria, o referido material poderá ir a leilão ou ser incorporado aos bens da União, em cumprimento ao disposto no art. 17 § 2º da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário.

Enc. da Div. de Inspeção Naval

Tomei conhecimento em ____/____/____.

Assinatura

MARINHA DO BRASIL
NOME DA OM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Capitão dos Portos _____ convoca o(s) proprietário(s) da(s) embarcação(ões), cujas características são mencionadas abaixo, a comparecer(em) a esta Capitania, situada _____,
(Rua, nº, Bairro)

no prazo de quinze (15) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, sob pena do(s)/da(s) objeto(s)/embarcação(ões) ser(em) considerado(s) bem(ns) abandonado(s) e levados a leilão público ou incorporada aos bens da União.

- a) descrever a embarcação ou objeto, detalhadamente.
- b) Idem.
- c) Idem.

_____, _____, em _____ de _____ de _____.

MARINHA DO BRASIL
(nome da OM)

TIPO DE LACRE

<p>NOME DA EMB. _____</p> <p>LOCAL _____</p> <p>DATA/HORA _____</p> <p>AUTO N^o _____</p> <p>OBSERVAÇÕES: _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>MARINHA DO BRASIL</p> <p>CAPITANIA _____</p> <p>LACRADA N^o _____</p> <p>INSPEÇÃO NAVAL</p> <p>Esta embarcação é lacrada até que sejam sanadas as irregularidades determinantes de sua apreensão devendo o seu(sua) proprietário(a) dirigir-se à CP/DEL/AG visando a adoção das providências necessárias à sua liberação, visto estar impedida de trafegar por infração a(o) _____. O proprietário(a) deverá dirigir-se com urgência à Capitania _____. A retirada deste lacre, sem autorização da Capitania, se constitui em crime previsto no Art. 336 do Código Penal.</p> <p>_____ Inspetor</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td style="width: 50px; text-align: center;">DATA</td> <td style="width: 50px; text-align: center;">AUTO</td> </tr> </table>	DATA	AUTO
DATA	AUTO		

TIPO DE AUTORIZAÇÃO PARA RETIRADA DE LACRE

<p>_____</p> <p>_____</p> <p>NOME DA EMB. _____</p> <p>LOCAL _____</p> <p>DATA/HORA _____</p> <p>AUTO N^o _____</p> <p>OBSERVAÇÕES: _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>MARINHA DO BRASIL</p> <p>CAPITANIA _____</p> <p>AUTORIZAÇÃO DE RETIRADA DE LACRE</p> <p>INSPEÇÃO NAVAL</p> <p>O proprietário da embarcação _____ está autorizado pela Capitania a retirar o "LACRE" e a trafegar por ter atendido as exigências formuladas, no dia _____, CP, em _____.</p> <p style="text-align: right;">LACRE N^o _____</p> <p>OBS.: Apresentar este documento ao depositário da embarcação.</p>
---	--

MARINHA DO BRASIL
NOME DA OM

TERMO DE ENTREGA DE EMBARCAÇÃO

Declaro que na qualidade de proprietário ou representante legal, recebi na presente data a embarcação denominada _____ com as seguintes características:

Tipo: _____

Classificação: _____

Inscrição: _____

Motor Marca: _____

Proprietário: _____ e seus pertences, no estado em que se encontravam, quando da apreensão no dia ____/____/____ isentando a União (Capitania _____) por qualquer despesa ou ônus que venha a incidir sobre a embarcação.

_____, ____/____/____

Proprietário ou Representante Legal

EMBARCAÇÃO LIBERADA

EM ____/____/____

Capitão dos Portos

MARINHA DO BRASIL
NOME DA OM

(MODELO DE EDITAL DE LEILÃO)

EDITAL

O Capitão dos Portos _____, de acordo com o artigo 17
§2º da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, procederá no dia ____ de _____ de
_____, (horário), na _____, sito a
_____ na cidade de
_____, ao leilão das embarcações abaixo mencionadas:

_____, _____, em ____ de _____ de _____

CAPITÃO DOS PORTOS

MARINHA DO BRASIL

NOME DA OM

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE LEILOEIRO

PORTARIA Nº _____ DE ____ DE _____ DE _____.

O CAPITÃO DOS PORTOS _____, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 17 §2º da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário,

RESOLVE:

Designar (nome) para proceder ao leilão das embarcações constantes do Edital desta Capitania dos Portos publicado no Jornal (nome) do dia __/__/__, com as características abaixo indicadas:

- a) descrição detalhada da embarcação
- b) Idem; e
- c) Idem.

CAPITÃO DOS PORTOS

TABELA DE INDENIZAÇÕES**Considerações iniciais**

1. O pagamento das indenizações discriminadas abaixo deverá ser realizado por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).
2. Para realização das vistorias, inspeções, perícias e exames previstos abaixo, exceto para equipes de aplicação de provas para habilitação o transporte aéreo ou terrestre à cidade de destino, o transporte terrestre nos deslocamentos urbanos e a estada dos vistoriadores, inspetores ou peritos serão de responsabilidade do interessado, empresa ou entidade solicitante do serviço, exceto para a equipe de aplicação de provas para obtenção de carteira de habilitação de amadores (CHA).

I - EMBARCAÇÕES BRASILEIRAS**1.0 - VISTORIAS / PERÍCIAS / SERVIÇOS****a) Embarcações certificadas**

VISTORIA / SERVIÇO	ARQUEAÇÃO BRUTA (AB)			
	Maior ou igual a 20 e menor ou igual a 100	Maior que 100 e menor ou igual a 500	Maior que 500 e menor ou igual a 1.000	Maior que 1.000
Vistoria em seco para obtenção do CSN (inicial e de renovação)	R\$ 152,00	R\$ 305,00	R\$ 305,00	R\$ 305,00
Vistoria flutuando para obtenção do CSN (inicial e de renovação)	R\$ 163,00	R\$ 543,00	R\$ 760,00	R\$ 1085,00
Vistoria para emissão do CSN (anual ou intermediária)	R\$ 119,00	R\$ 391,00	R\$ 543,00	R\$ 770,00
Vistoria para emissão do Certificado de Borda - Livre (inicial, anual e renovação) (1)	R\$ 131,00	R\$ 305,00	R\$ 466,00	R\$ 618,00
Vistoria anual e de constatação de Borda - Livre	R\$ 87,00	R\$ 239,00	R\$ 348,00	R\$ 478,00
Vistoria para emissão de Laudo Pericial para confecção de CTS (2)	R\$ 174,00	R\$ 305,00	R\$ 466,00	R\$ 770,00
Análise de planos para emissão de licenças	R\$ 543,00	R\$ 597,00	R\$ 705,00	R\$ 760,00
Teste de tração estática acompanhado pelo GVI	R\$ 206,00	R\$ 261,00	R\$ 314,00	R\$ 369,00
Vistoria para reclassificação para uma viagem	R\$ 119,00	R\$ 380,00	R\$ 531,00	R\$ 770,00
Vistoria para Prova de Mar	R\$ 87,00			
Verificação de Peso Máximo de Carga (PMC) para embarcações com AB até 20, exceto miúdas	R\$ 54,00			

b) Embarcações de esporte e/ou recreio

VISTORIA / SERVIÇO	COMPRIMENTO TOTAL (C)	
	C até 24m	C maior que 24m
Inicial, Renovação e Reclassificação para obtenção do CSN	R\$ 217,00	R\$ 543,00
Arqueação	-	R\$ 314,00
Análise de planos para emissão de licenças	R\$ 434,00	R\$ 543,00

OBSERVAÇÕES:

(1) Aplicável às embarcações com AB maior que 50 e comprimento de regra maior que 20m.

(2) O valor da vistoria de Emissão de Laudo Pericial para confecção de CTS para as embarcações certificadas com AB entre 10 e 20 será R\$ 83,00. Para as embarcações com AB acima de 20 seguir a tabela 1.0 a)

(3) As indenizações referentes à verificação do cumprimento de exigências, constantes de relatórios de vistorias e de análise de planos serão iguais a 50% dos valores das indenizações das vistorias a que se referem.

c) Arqueação de embarcações não classificadas

Vistoria para Arqueação	COMPRIMENTO (L)				
	Maior ou igual a 5 e menor ou igual a 12 m	Maior que 12 e menor ou igual a 24 m	Maior que 24 e menor ou igual a 100 m	Maior que 100 e menor ou igual a 150 m	Maior que 150 m
	R\$ 54,00	R\$ 109,00	R\$ 304,00	R\$ 478,00	R\$ 618,00

d) Declaração de Conformidade para plataformas e embarcações que transportam petróleo e seus derivados

PERÍCIAS		ARQUEAÇÃO BRUTA (AB)			
		Menor que 5000	Maior ou igual a 5.000 e menor ou igual a 10.000	Maior que 10.000 e menor ou igual a 15.000	Maior que 15.000
Embarcações, Plataformas móveis, navios sonda, FPSO e FSO	Emissão de Declaração de Conformidade	R\$ 1628,00	R\$ 2062,00	R\$ 2388,00	R\$ 3580,00
	Retirada de exigências de Declaração de Conformidade	R\$ 1302,00			
Plataformas fixas	Emissão de Declaração de Conformidade	R\$ 2062,00			
	Retirada de exigências de Declaração de Conformidade	R\$ 1302,00			

e) Certificado de Responsabilidade Civil em Poluição por Óleo (CLC/69) Emissão de Certificado	R\$ 109,00
--	------------

ANEXO 3 - I

f) Perícia para a retirada de exigências de inspeção de "FLAG STATE CONTROL":

Embarcação de mar aberto com qualquer arqueação				R\$ 868,00
Embarcação que opera na navegação interior por Arqueação Bruta (AB)				
Menor ou igual a 20	Maior que 20 e menor ou igual a 50	Maior que 50 e menor ou igual a 100	Maior que 100 e menor ou igual a 500	Maior que 500
R\$ 54,00	R\$ 109,00	R\$ 163,00	R\$ 217,00	R\$ 271,00

g) Vistoria de Condição para graneleiros

VISTORIA / SERVIÇO	ARQUEAÇÃO BRUTA (AB)		
	Menor ou igual a 15.000	Maior que 15.000 e menor ou igual a 50.000	Maior que 50.000
Com acompanhamento do GVI	R\$ 1736,00	R\$ 2712,00	R\$ 5424,00
Sem acompanhamento do GVI	R\$ 488,00		

h) Vistoria de Condição para carregamento de carga viva

ARQUEAÇÃO BRUTA (AB)		
Menor ou igual a 15.000	Maior que 15.000 e menor ou igual a 50.000	Maior que 50.000
R\$ 1736,00	R\$ 2712,00	R\$ 5424,00

2.0 - OUTROS SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	INDENIZAÇÃO
Inscrição de embarcação, emissão, renovação ou de 2ª via de TIE/TIEM, transferência de propriedade e/ou jurisdição de embarcação, alteração de dados cadastrais, registro e cancelamento de ônus e averbações (embarcação inscrita)	R\$ 33,00
Emissão do Documento Provisório de Propriedade	NÃO COBRAR
Cancelamento de inscrição de embarcação	NÃO COBRAR
Emissão de certidão sobre embarcação inscrita	R\$ 17,00
Emissão de 2ª via de certificados e licenças	R\$ 33,00
Emissão e alteração de Registro Contínuo de Dados (RCD)	R\$ 163,00
Emissão de certificado de isenção	R\$ 326,00
Carteira de Habilitação de Amador (CHA) - Inscrição para exame de habilitação de amador, renovação, emissão de 2ª via, correspondência ou equivalência (Todas as Categorias)	R\$ 44,00
Cadastramento de Marinas, Clubes, Entidades Desportivas Náuticas e Estabelecimentos de Treinamento Náutico e/ou pessoas físicas devidamente cadastradas nas CP/DL/AG para emissão de Atestado de Treinamento para Arrais-Amador e Atestado de Treinamento para Motonauta	R\$ 54,00
Cadastramento de perito em Compensação de Agulha Magnética	R\$ 54,00
Termo de entrega de embarcação apreendida, que se encontrar nas CP/DL/AG (por dia de apreensão)	R\$ 54,00
Termo de entrega de embarcação miúda apreendida, que se encontrar nas CP/DL/AG (por dia de apreensão)	R\$ 12,00

OBSERVAÇÃO: Os valores dos serviços prestados pelo Tribunal Marítimo (TM) encontram-se discriminados no sítio do TM na internet, onde se pode consultar a Tabela de Custas por meio do link: <https://www.marinha.mil.br/tm/>

**II - EMBARCAÇÕES DE BANDEIRA ESTRANGEIRA AUTORIZADAS
A OPERAR EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS**

1.0 – PERÍCIAS E SERVIÇOS

a) Plataformas, FPSO e FSO

SERVIÇOS	Arqueação Bruta (AB)			
	Menor ou igual a 5.000	Maior que 5.000 e menor ou igual a 10.000	Maior que 10.000	Plataforma Fixa
Perícia para emissão de Declaração de Conformidade	R\$ 2062,00	R\$ 2495,00	R\$ 2929,00	-
Perícia de Conformidade para Operação em AJB e emissão da AIT				
Perícia para emissão de Declaração de Conformidade para Plataforma Fixa	-	-	-	R\$ 2062,00
Retirada de exigência de perícia para emissão de Declaração de Conformidade	R\$ 1302,00			
Perícia para elaboração de Laudo para emissão de CTS	R\$ 977,00			
Perícia para renovação de AIT e CTS	R\$ 326,00			

b) Demais embarcações

SERVIÇOS	Arqueação Bruta (AB)				
	Menor ou igual a 1.000	Maior que 1.000 e menor ou igual a 5.000	Maior que 5.000 e menor ou igual a 10.000	Maior que 10.000 e menor ou igual a 15.000	Maior que 15.000
Perícia de Conformidade para Operação em AJB e emissão da AIT	R\$ 977,00	R\$ 1302,00	R\$ 2062,00	R\$ 2441,00	R\$ 3580,00
Perícia para emissão de Declaração de Conformidade para Transporte de Petróleo					
Retirada de exigência de perícia de Conformidade para Operação em AJB	R\$ 1302,00				
Retirada de exigência de perícia para emissão de Declaração de Conformidade para Transporte de Petróleo					
Perícia para elaboração de Laudo para Emissão de CTS	R\$ 977,00				
Análise documental SIRE (Ship Inspection Report) para emissão de Declaração de Conformidade	R\$ 326,00				

ANEXO 3 - I

Certidão de capacitação de embarcação afretada a casco nu para o REB	R\$ 117,00
Perícia para renovação de AIT e CTS	R\$ 326,00

c) Perícia para a retirada de exigências de inspeção de "PORT STATE CONTROL":

Embarcação com qualquer arqueação, que opera em mar aberto	R\$ 867,00
--	------------

III – SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS E ESCOLAS DE MERGULHO PROFISSIONAL**Vistoria/Serviço prestado a empresas de mergulho profissional**

SERVIÇO	VALOR
1.1 - Análise de processo de cadastramento	R\$ 326,00
1.2 – Emissão de Ficha Cadastro (FCEM) por cadastramento inicial, renovação ou alteração de dados cadastrais ou endosso anual	R\$ 163,00
1.3 – Vistoria Pré-Operação de sistemas de mergulho	R\$ 326,00
1.4 - Vistoria para Retirada de Exigências	R\$ 163,00
1.5 – Perícia em Acidente de Mergulho	R\$ 326,00
1.6 – Inspeção a Pedido da Empresa	R\$ 326,00

Vistoria/Serviço prestado a escolas de mergulho profissional

SERVIÇO	VALOR
2.1 - Análise de processo de credenciamento	R\$ 326,00
2.2 – Emissão de Ficha de Credenciamento (FCREM) por credenciamento inicial, renovação ou alteração de dados cadastrais; ou endosso anual	R\$ 163,00
2.3 - Vistoria Pré-Operação de sistemas de mergulho	R\$ 326,00
2.4 - Vistoria para Retirada de Exigência	R\$ 163,00
2.5 – Perícia em Acidente de Mergulho	R\$ 326,00
2.6 – Inspeção a Pedido da Escola	R\$ 326,00

IV - SERVIÇOS RELATIVOS ÀS OBRAS, DRAGAGENS, PESQUISA, LAVRA DE MINERAIS E AQUICULTURA SOB, SOBRE E ÀS MARGENS DAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS

SERVIÇO / INSPEÇÃO	INDENIZAÇÃO
Análise do processo e emissão de parecer	R\$ 163,00
Realização de inspeção no local da obra em AJB	R\$ 217,00

3-I-5

NORMAM-07/DPC
Rev. 1

MARINHA DO BRASIL
NOME DA OM

AUTO DE APREENSÃO Nº _____

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, na localidade de _____, eu _____, com base no Inciso II do Artigo 16 da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, apreendi, por infração a _____, a embarcação e/ou o material abaixo relacionado, pertencente a _____, que fica ciente de que a irregularidade determinante da apreensão deve ser sanada no prazo de noventa dias sob pena de a embarcação ser leiloadada ou incorporada aos bens da União, conforme disposto no §2º do Art. 17 da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário atendido o disposto no Artigo 18 da referida Lei.

RELAÇÃO DO MATERIAL APREENDIDO

Nome da embarcação: _____ Inscrição nº: _____
 Porto de Inscrição: _____ Motor nº: _____
 Estado de conservação: _____
 Material volante: _____

E, para constar, lavro este Auto de Apreensão que assino, juntamente com as testemunhas e o responsável pela embarcação apreendida.

 autuante

 testemunha

 proprietário ou preposto

 testemunha

RECIBO DE RESTITUIÇÃO

Recebi o material retro-mencionado, em _____ de _____ de _____.

proprietário ou preposto

1ª Via - OM - Controle

2ª Via - Interessado

- 3-J-2 -

NORMAM-07/DPC
Rev. 1

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.